

**TRABALHO NA LAMA: UMA ETNOGRAFIA DE MARISQUEIRAS EM DUAS
COMUNIDADES TRADICIONAIS PESQUEIRAS DO BAIXO SUL BAIANO¹.**

**WORKING IN THE MUD: AN ETHNOGRAPHY OF SEAFOOD IN TWO TRADITIONAL
FISHING COMMUNITIES IN THE LOWER SOUTH OF BAHIA.**

Submetido em: 16/05/2013.

Aprovado em: 01/07/2013.

Laita Santiago Nogueira²

¹ Esta pesquisa é produto da Iniciação Tecnológica e Industrial/CNPq através do Laboratório de Ecologia Costeira e Maricultura - ECOMAR/Instituto de Biologia - IBIO/UFBA. Apresentada ao Departamento de Antropologia e Etnologia da FFCH/UFBA na monografia "Caldo de Lambreta: Uma etnografia das catadoras da *Lucina Pectinata* (GMELIN, 1791) na Vila de Garapuá – Cairu - BA", sob orientação do Prof. Dr. Ordep Trindade Serra; e nos eventos I e II SEC - Seminário Nacional Espaços Costeiros, VII. Fórum Brasileiro de Educação Ambiental e IX ENECULT - Encontro Nacional de Estudantes de Cultura.

² Estudante de Antropologia – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - FFCH/Universidade Federal da Bahia - UFBA. E-mail: laitasantiago@hotmail.com.

RESUMO

As condições de existência das marisqueiras têm sido agravadas pela perda de habitat, degradação ambiental e sobrepesca, acarretando transformações produtivas e culturais em comunidades pesqueiras. Este estudo etnográfico tem como objetivo a produção de conhecimento de base socioantropológica sobre práticas empíricas de marisqueiras de dois povoados do Baixo Sul baiano e tem como produto um inventário do seu estoque de conhecimento acumulado sobre a dinâmica da reprodução ambiental do complexo ecológico e das práticas tradicionais de manejo dos recursos naturais. A gestão da produção condicionada pelas fases da lua, fluxo das marés e caráter agreste do ecossistema permite jornada semanal de trabalho de cinco turnos de quatro horas diárias no manguezal ou na beirada. Em Garapuá, a principal fonte proteica animal de exploração feminina é a lambreta coletada com mão ou facão, enquanto em Barra dos Carvalhos o siri é capturado com petrechos como gaiola, gereré, manzuá ou ripichel e o aratu com vara e linha. Para incrementar a renda, desenvolvem atividades como o beneficiamento. É com base neste "saber prático" que define o sentimento de pertença a um grupo social que se pretende criar subsídios para políticas destinadas à promoção do trabalho feminino na pesca, que as reconheça como produtoras de alimentos

extraídos de um ecossistema estigmatizado, levando-as a incorporar o valor econômico e social do meio que exploram.

Palavras-chave: pescadoras artesanais - marisqueiras, saberes da tradição, memória, patrimônio cognitivo, manguezal.

ABSTRACT

The conditions of existence of seafood have been exacerbated by habitat loss, environmental degradation and overfishing, leading productive and cultural transformations in fishing communities. This ethnographic study aims at the production of anthropological knowledge based on empirical practices of seafood from two villages in the Southern Lowlands of Bahia and its product inventory of his stock of accumulated knowledge about the dynamics of reproduction of the complex ecological and environmental practices of traditional management of natural resources. The management of production conditioned by moon phases, tidal flow and rawness of the ecosystem allows weekly working five shifts of four hours daily in the mangroves or on the edge. In Garapuá, the main protein source farm animal female scooter is collected with hand or machete, while in the Oak Bar (Barra dos Carvalhos), the crab is caught with fitting equipment such as cage, gereré, manzuá or ripichel and aratu with rod and line. To increase income, develop activities such as processing. Based on this "practical knowledge" that defines the feeling of belonging to a social group that aims to create subsidies for policies aimed at promoting women's work in fishing, which recognize them as food producers extracted from an ecosystem stigmatized, leading them to incorporate the social and economic value of the environment they exploit.

Keywords: artisanal fishers - seafood, traditional knowledge, memory, cognitive heritage, mangrove.

INTRODUÇÃO

Ao tratar do modo de vida e trabalho de marisqueiras de duas comunidades costeiras do Baixo Sul baiano, este trabalho se abriga na ideia de outra territorialidade da antropologia marítima ou costeira de Diegues (2004), que visa o estudo da “complexidade dos sistemas técnicos, sociais e simbólicos elaborados pelas populações litorâneas no processo de apropriação do espaço marinho de onde tiram sua subsistência”. Com ênfase na coleta da lambreta na Vila de Garapuá – Cairu, Área de Proteção Ambiental (APA) Tinharé-Boipeba, e na pesca do siri e do aratu em Barra dos Carvalhos – Nilo Peçanha, APA de Pratigi, investigou ainda as limitações

enfrentadas pelas marisqueiras no processo produtivo diante da redução dos estoques naturais de espécies animais exploradas nos maguezais e estuários, dentro de um contexto de abandono social e institucional, expansão da especulação imobiliária e exploração de gasodutos.

Entre as comunidades pesqueiras do Brasil tem sido observado um declínio dos estoques naturais de espécies animais comestíveis que ocorrem nas áreas de manguezais e adjacências, acarretando consequências tais como perda de renda e descaracterização cultural, com o afastamento das populações de sua ocupação tradicional, migração para outras atividades, uso de práticas de pesca predatórias e êxodo rural (Neto *et. al.*, 1997; Donaldson, 1997, citados por Accioly, 2005). Para Accioly (2005), esta situação é característica da região do Baixo Sul baiano, caracterizada por uma costa entrecortada por estuários e baías com extensos manguezais e muitas ilhas, onde as comunidades ribeirinhas apresentam baixos níveis sociais, quadro que tem se agravado com a redução dos estoques pesqueiros. Os homens realizam a pesca com barco de peixes e do camarão no mar, enquanto as mulheres realizam a mariscagem de espécies de organismos da cadeia alimentar que vivem na lama e nas massas de água estuarinas adjacentes e ainda participam do beneficiamento do camarão e do pescado.

Woortmann (1992) lembra que terras não apropriadas privadamente utilizadas para lavoura, criatório solto, retirada de lenha e coleta eram um dos pressupostos de reprodução dos grupos pesqueiros no Nordeste brasileiro. Essas terras foram privatizadas, reduzindo o espaço produtivo da mulher e a mariscagem passa assim de atividade complementar a atividade principal. O estudo do IBAMA (1995) traz aspectos importantes do processo produtivo da mariscagem como: 1. O caráter do manguezal enquanto território de livre acesso, a prática de gestão acumulada ao organizarem o processo de trabalho; 2. A dinâmica ambiental do manguezal variável pelo fluxo das marés determina sua rotina de trabalho e parte da vida social comunitária; 3. O

conhecimento acumulado sobre a dinâmica reprodutiva dos recursos do manguezal e suas práticas tradicionais de manejo.

O valor proteico dos alimentos produzidos pelas marisqueiras, a importância cultural dos mariscos para a indústria turística [...], o valor ecológico do sistema que exploram, a singularidade da organização da sua produção e da reprodução social condicionada pelas fases da lua e pelo fluxo das marés, a longa jornada de trabalho no manguezal e as precárias condições de vida a que são submetidas são razões suficientes para torná-las beneficiárias de políticas públicas destinadas à promoção do trabalho feminino e da mulher (IBAMA, op. cit., p. 12).

Oliveira (1993) diz que o imaginário social percebe o ecossistema mangue como espaço geográfico desordenado e insalubre, imagem que “mediatiza grande parte das relações sociais e o ecossistema no Brasil, onde visão semelhante é reservada às zonas de prostituição femininas, também chamadas de mangue”.

Os povos e comunidades tradicionais são uma variedade de grupos étnicos que possui vínculo territorial, identificação com um ecossistema específico, modo de produção que entra em conflito com a marcha do agronegócio e forte expressão cultural. Esses grupos querem estar integrados e reivindicam reconhecimento de seus direitos. Apesar da grande relevância econômica e social da coleta dos mariscos, a invisibilidade da categoria pescadora artesanal já chamada por Blume (2009) de subalterna, espécie indireta de violência crônica a mulheres em situação de carência aguçada, evidencia ausência de seriedade na elaboração de políticas ambientais e de desenvolvimento social para comunidades tradicionais pesqueiras na Bahia. As marisqueiras podem viver dos gêneros alimentícios que extraem, mas possuem outras fomes ao serem tratadas como subcidadãs, conforme fala uma liderança do Movimento dos Pescadores e Pescadoras da Bahia, “[...] não existe um projeto para a pesca artesanal, o projeto de pesca do estado é para a pesca industrial. [...] o que chega pra gente são doenças, poluição, prostituição e drogas”¹. Ela quis dizer que o projeto do governo do estado é

¹Sr^a Eliete Paraguaçu da Associação de Marisqueiras de Ilha de Maré na mesa redonda “Pescadores artesanais e marisqueiras, direitos, diversidade e atividades impactantes ao meio ambiente e às águas”

voltado para a maricultura industrial, uma vez que segundo Accioly (informação verbal)² na Bahia não há como implantar pesca industrial, por serem as águas oceânicas baianas as mais pobres do país em quantidade de pescado.

Segundo Loureiro³ (informação verbal) é por causa da importância da pesca artesanal, de onde vem setenta por cento do pescado consumido no mundo, que há interesse em “esmagar” esta modalidade por parte das indústrias petroquímica que traz impactos negativos na forma de ocupação terrestre e marítima evidenciados em todas as suas fases da produção; do turismo que se expande em locais onde estão territorializadas as comunidades tradicionais com sua expulsão direta, levando à descaracterização da tradição cultural, segregação étnica e destruição dos ecossistemas costeiros; além da indústria da pesca. Para Beck (1983), a expansão urbana e o turismo levaram a “favelização” das comunidades pesqueiras, que veem diminuir as suas possibilidades de achar alternativas que lhes permitam a superação do quadro de pobreza. A Carta do I Congresso Internacional de Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais denuncia a atuação do governo brasileiro em atos e projetos que desrespeitam os povos e comunidades tradicionais:

[...] o incremento do racismo institucional e ambiental⁴, em particular com a autorização e implantação sistemática em unidades de conservação de proteção integral de [...] monoculturas, carcinicultura, [...], portos, gasodutos, especulação imobiliária e outras formas de invasão dos territórios dos povos e comunidades tradicionais (ROCHA *et al.* 2012, p. 46).

no I Congresso Internacional de Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais realizado em 11/05/2012 na Reitoria da UFBA, Salvador - BA.

²Prof. Dr. Miguel Accioly na mesa redonda “Pesca e aquicultura: modelos de produção nos espaços litorâneos” do II Seminário Nacional Espaços Costeiros realizado em 05/06/2013 no Instituto de Geociências da UFBA, Salvador - BA.

³Prof. Dr. Carlos Henrique Loureiro, Coordenador do Laboratório de Investigações em Educação, Ambiente e Sociedade da Universidade Federal do Rio de Janeiro na mesa redonda “Pescadores artesanais e marisqueiras, direitos, diversidade e atividades impactantes ao meio ambiente e às águas” no I Congresso Internacional de Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais realizado em 11/05/2012 na Reitoria da UFBA, Salvador - BA.

⁴Pacheco (2007) define como Racismo Ambiental as injustiças sociais e ambientais que recaem sobre etnias e populações vulneráveis. Este racismo se configura através de ações que tenham impacto racial, não obstante a intenção que lhes tenha dado origem seja racista.

Segundo Rocha⁵, as políticas de licenciamento ambiental, parciais ao grande empreendimento, têm estimulado a implantação de investimentos de carcinicultura, resorts e outros empreendimentos imobiliários que têm impactos diretos em comunidades pesqueiras. Existe risco para os territórios de pesca, que estão sendo reduzidas com a nova Lei de Concessão de Áreas Públicas. Ainda não há plano de manejo das unidades de conservação (APAs). Para consolidar os direitos de pescadores e marisqueiras é preciso manutenção dos estoques pesqueiros com cogestão sustentável, recuperação de habitats, despoluição e garantia de territórios; manutenção de renda com estruturação das populações, manutenção da cultura, produção confiável e melhor abastecimento de alimentos; manutenção da cidadania com titulação das terras, direito a saúde ocupacional e previdência (Accioly, informação verbal)⁶.

De acordo com o NEIM/IBAMA (1992), o estudo da dinâmica da reprodução ambiental não pode prescindir da compreensão dos seus usos e do saber acumulado em seu patrimônio cognitivo resultado destas práticas artesanais, uma vez que é na relação entre comunidade pesqueira e os recursos naturais, que se cria e recria um saber denominado de ecológico-empírico, que permite aos habitantes destes grupamentos deterem o mínimo de controle sobre os recursos naturais e explorá-los como forma de sobrevivência. Seu arsenal cultural encerra um saber que permite a inserção da mulher pescadora no complexo ecológico marinho e estuarino. Para dar conta dos limites deste estudo, buscou-se dar indicações sumárias de seus conhecimentos ambientais usados no processo produtivo, através da análise dos saberes tradicionais construídos na relação com o meio ambiente sobre artes e instrumentos de pesca utilizados; melhores condições de tempo e maré para a pesca; saúde ocupacional e organização laboral de marisqueiras. Espera-se que o conhecimento produzido sobre este saber transmitido

⁵Entrevista ao Prof. Dr. Julio Rocha, coordenador do grupo de pesquisa Historicidade do Estado e do Direito da Faculdade de Direito - UFBA.

⁶ Prof. Dr. Miguel Accioly, coordenador do ECOMAR/IBIO-UFBA na mesa redonda "Pescadores artesanais e marisqueiras, direitos, diversidade e atividades impactantes ao meio ambiente e às águas" no I Congresso Internacional de Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais realizado em 11/05/2012 na Reitoria da UFBA, Salvador - BA.

através da oralidade, ajude a dar visibilidade às suas memórias e condições de vida e a subsidiar a incitação de processo de discussão sobre a necessidade de propor políticas públicas para o segmento da mariscagem.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo etnográfico com marisqueiras das duas comunidades pesqueiras do Baixo Sul Baiano, com duração de onze meses (2005 - 2006), utilizando oito entrevistas semi-estruturadas, cinco realizadas em Barra dos Carvalhos e três em Garapuá, registro em diários de campo e fotográfico realizados dentro das atividades do projeto MARSOL - Maricultura Familiar Solidária no Baixo Sul Baiano – MARSOL (CNPq proc. 506196/2004-6) do Laboratório ECOMAR – IBIO/UFBA, que atua na região em projetos de extensão destinados a transmissão de tecnologias em maricultura artesanal, e que contava com duas agentes comunitárias nativas vinculados ao seu quadro técnico que atuaram como interlocutoras-chave nesta investigação, pois além de dar seus depoimentos, foram de grande ajuda no mapeamento amostral, ao apresentarem outras entrevistadas, tradicionais e experientes marisqueiras com diferentes faixas etárias, estados civis e nº de filhos. A identificação dos elementos da amostra se deu mediante a técnica bola de neve, segundo a qual uma informante indica outra e assim sucessivamente. Na análise dos dados qualitativos foram mostradas versões do mesmo fato e feitas categorizações, agregando por afinidade elementos recorrentes nos discursos, em torno das quais os dados foram analisados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A iniciação na pescaria se dá aos sete ou oito anos de idade acompanhando familiares ou vizinhos. Os principais animais explorados pelas mulheres são o aratu (*Goniopsis cruentata*) o siri (sem identificação) e a lambreta (*Lucina pectinata*) mas são realizados

em menor grau e caráter sazonal a captura do guaiamum (*Cardisoma guanhumi*), coleta do chumbinho (*Anomalocardia brasiliiana*) pesca de peixes de várias espécies de linha, do camarão com redinha – nas águas das comunidades são encontradas as espécies Rosa (*Penaeus brasiliensis*), Pistola (sem identificação) e Tanha ou Sete-barbas (*Xiphopenaeus Krogeri*) –, extração da ostra (sem identificação), do sururu (*Mytella charruana*) e do caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*) de andada⁷. Os resultados apontam ainda participação feminina de pequena escala em artes de pesca majoritariamente masculinas como na extração do caranguejo-uçá de braço, captura do polvo-verdadeiro (*Octopus vulgaris*), pesca de arrastão e de calão. A organização do trabalho na mariscagem é autogestionária e embora se reúnam em grupos para realizá-lo como estratégia de proteção, o ato da coleta e produto do trabalho é individual. Sempre levam uma roupa para troca, além de alimentos. Conhecem as marés cheia, seca, “tardeira”, “cedeira”, “de lançamento”, “vazante”, “morta”, “maré de mosquito”, “maré de lua” e “cabeça d’água”. A melhor maré apontada para a realização do trabalho no mangue foi a “maré grande” por alagar todo o mangue, encher e vazar cedo, assim como no trabalho de Esteves (2007) “a melhor maré para tirar lambreta [...], pois a água lava o mangue e assim mostra melhor os olhos [da lambreta]”.

Outra importante atividade exercida é o beneficiamento e secagem de peixes e do camarão proveniente da pesca masculina de arrastão, realizado de forma rudimentar em precárias condições de higiene. Em sua dupla jornada de trabalho, a mulher pescadora permanece imbuída de sua atribuição histórica de cuidar da casa e dos filhos, mas exerce ainda serviços domésticos em casas de veraneio no caso de Garapuí ou casas de outros moradores, costura, trabalho como tesoureira para colônia de pesca, preparo e venda de salgados e doces.

⁷Período do ciclo reprodutivo em períodos intercalados, que dependem da lua, maré, salinidade da água e outras condições climáticas, em que fêmeas e machos saem das tocas para o acasalamento e nas andadas seguintes, as fêmeas liberam as larvas, que se desenvolverão transformando-se em nova geração de caranguejos.

As marisqueiras não dispõem de estrutura de estocagem e transporte, reduzindo seu poder de barganha e obrigando-as a vender a intermediários a preços abaixo do mercado, dificuldades que as têm levado a adotar estratégias para continuar com a atividade como trabalhar apenas esporadicamente no mangue, migrando para outras atividades como o beneficiamento, o trabalho na piaçava, no artesanato e nos serviços domésticos. Tais condições têm feito com que essas mulheres percebam seu trabalho no mangue como estigmatizado e desvalorizado e não incentivem seus filhos a aprendê-lo, trazendo à tona a questão da autoestima da marisqueira e alterando assim a dinâmica local de transmissão do conhecimento.

Savoir-faire⁸ de lambreteiras e de pescadoras de siri e aratu

A lambreta é apontada como principal fonte de renda para muitas mulheres da comunidade de Garapuá. As lambreteiras são facilmente identificadas pela própria organização do trabalho em grupos fixos com quatro a cinco integrantes cada compostos em sua maioria por mulheres de diferentes faixas etárias, mas com a participação de alguns homens. A extração do molusco é realizada durante todo o ano, numa média de quatro horas de trabalho quase diário, em quatro a cinco turnos semanais. Preferem realizar a coleta no verão, pois a chuva por vezes inviabiliza o trabalho, porém o inverno é apontado como período do ano em que o molusco é encontrado em maior quantidade, fato relacionado pelas entrevistadas ao movimento da espécie no mangue, que com a lama fria sobe para a superfície, enquanto no verão a lama esquenta e ela desce para a parte profunda do mangue. Como vestimenta, usam short para facilitar o deslocamento na lama e além da roupa que é levada para troca, o “arrodilho” e um lenço usado na cabeça para proteger os cabelos da lama. Integra ainda a rotina de preparação para o trabalho no mangue o uso do óleo diesel

⁸O know how, conhecimento tradicional mais artesanato ou conhecimento processual, é o conhecimento de como executar uma tarefa. Disponível em <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Know-how>>. Acesso em 7 maio 2013.

que é chamado de “óleo de barco” em todo o corpo e rosto com o objetivo de repelir mosquitos.

As técnicas utilizadas são a coleta com a mão ou com o facão e para localizá-la atentam ao que chamam de “suspiro da lambreta”, “olho da lambreta” ou “olho d’água” (Esteves, 2007), borbulho d’água na superfície provocado pelo molusco e que indica sua presença. Na coleta com a mão devem tatear embaixo de “quizambas” ou “quizangas” (*Rhizophora mangle*) até encontrar o animal enquanto na coleta com o facão a mão só é levada à lama quando o facão toca o molusco.

A gente cava mais debaixo das raízes, tem o suspiro que é um ‘olhinho d’água’ em cima da lama, você cava ali, ela tá ali nem que seja uma filhinha. A gente cava muito em pé de raízes, em beira de rio assim que tem muita lambreta (Valdete, marisqueira e pescadora de Garapúa, 33 anos, casada, 3 filhos).

É necessário habilidade para equilibrar-se ao caminhar sobre quizambas com o “samburá” na cabeça. Além de buscar áreas de manguezais cada vez mais distantes e menos exploradas, evitam partes recentemente trabalhadas do mangue que sabem reconhecer através de pegadas deixadas na vegetação e da consistência da lama. Os depoimentos trazem um conhecimento empírico através do qual é possível construir mecanismos de controle sociais autogestionários de exploração, onde grupos constituem estratégias para uma etnoconservação, a exemplo da realização de revezamentos diários ou semanais nos mangues explorados e controle interno do número de jornadas semanais de trabalho no mangue, que não devem ultrapassar a cota de cinco turnos, coletando dez a catorze dúzias do marisco por jornada. Depois da coleta, a lambreta conserva-se até quatro dias fora do mangue, algumas estratégias de conservação apontadas foram: a. Colocá-la no chão do banheiro, local mais frio e úmido da casa; b. Espalhá-la no chão sobre um saco para que fiquem menos próximas; c. Colocar a lambreta imersa em água salgada em casa; d. Colocá-la por quatro dias dentro da água do mar, na praia, dentro de um samburá coberto com palhas de coqueiro que nessa situação é chamado de “morão” (Mendes, 2002); e. Colocá-la em um saco enterrado à beira-mar, onde conserva-se por até trinta dias. O produto é

vendido a donos de quiosques que compõem a cena da praia ou a atravessadores, e levado de barco para Valença.

Em Barra dos Carvalhos as mulheres trabalham principalmente na captura do siri e do aratu, e a mariscagem e se configura enquanto trabalho familiar da mulher com seus filhos pequenos. Além do manguezal, algumas artes de pesca são realizadas também no bioma⁹ beirada¹⁰. A captura do aratu requer cuidado adicional para subir no alto de quizambas e equilibrar-se durante horas, prática que deve ser silenciosa. Uma corda é amarrada em uma vara fina de uns dez centímetros, na ponta da linha é usada a isca preferida do crustáceo, a moreia, também capturada no mangue, mas também são usados pedaços de peixe seco de várias espécies, de carne de boi, de frango, o pequeno crustáceo chamado de tamaru (sem identificação) ou até um outro tipo de crustáceo (sem etnoclassificação e sem identificação científica) que se assemelha ao próprio aratu só que em tamanho bem menor. O aratu pode ser capturado ainda com “manzuá” ou com uma lata. Costumam conseguir quinhentos gramas de aratu ou de siri por turno.

A gente pega, marra na linha, aí a gente sobe num pé de mangue, lá em cima a gente sortia a linha pra baixo, aí onde eles tiver por ali, vem devagazinho, todo escabriado, aí a gente deixa um balde lá no chão. Aí ele vem com uma lerdiza pra gente ficar ali esperando... Anda, pára, espia pra um canto, espia pra outro... A gente tem que ter paciência pra pegar o aratu, aí quando ele vem, pega naquela isca amarrada na linha, a gente suspende e joga dentro do balde (Diana, marisqueira de Barra dos Carvalhos, 22 anos, solteira, sem filhos).

Na captura do siri com manzuá a parte interna da cabeça do caranguejo é utilizada como isca enquanto na captura com “gereré”, instrumento de pesca colocado no fundo da maré põem uma redinha com pedaços de peixe usados como isca. Já na captura do siri com “gaiola”, que é deixada no meio do rio, fazem uma ou duas mariscadas por dia, uma à tarde conforme a maré e outra pela manhã e se a maré não permitir, mariscam

⁹Região caracterizada pela relação ecossistema e clima.

¹⁰Reentrâncias costeiras cobertas de manguezais, com alta produção de mariscos e pescados, onde se assentam comunidades pesqueiras tradicionais.

no dia seguinte. A captura do siri ocorre ainda com o “ripichel”. Ao chegarem do mangue aratus ou siris são lavados, escaldados, despeitorados, catados e ensacados para a venda. A atividade de catar camarão emprega muitas mulheres desta comunidade e aqui se pode observar mais intensamente o processo de migração da mulher da mariscagem para o beneficiamento, abandonando a profissão de marisqueiras.

A pescadora pesca a dor? Saúde ocupacional das marisqueiras

As dificuldades na captura têm causado preocupação a esses grupos de mulheres, que temem a extinção de espécies e da atividade e é gerado um impacto negativo na qualidade de vida ao passarem a percorrer maiores distâncias na intenção de encontrar partes do mangue ainda menos exploradas e aumentar a quantidade de horas de trabalho, ficando mais expostas aos perigos do ambiente como sol e chuva, o risco de picada de cobras como a jibóia (*Boa constrictor*), a surucucu (*Lachesis muta*) e a jaracuçu (*Bothropsjararacussu*), e de animais como o caramuru (sem identificação) e moreati (sem identificação); risco de cortes com o facão, conchas de lambreta e de ostras, buzano (*Teredo navalis*), vegetação do mangue e detritos como vidros quebrados, risco de afogamento, quedas, picada de insetos como a mutuca (*Tabanus sudeticus*).

Eu tava tirando chumbinho lá na coroa e não tinha buraco, não tinha nada, quando eu vi sair aquele negoço assim fazer ‘tic’, se entocou aqui. Aí eu olhei pro dedo, não doeu na hora, eu digo ôxe, disse que tem um negoço que chama moreati que é um trem de veneno, mas disse que dói pra danar e não ta doendo... daqui a pouco, não levou uma hora começou minha cabeça a me doer, aí eu comecei a sentir frio, a tremer, num guentei... Isso aqui me doeu vinte e quatro horas(D. Maria, marisqueira e pescadora de Barra dos Carvalhos, 53 anos, separada, 9 filhos).

Como estratégia de cuidado e proteção contra picada de insetos fazem uso de dois shorts ao mesmo tempo confeccionados com tecido grosso, geralmente jeans, camisa comprida, camisa de manga, calça comprida, luva e improvisam uma máscara com

tecido deixando descoberto apenas a abertura dos olhos; para efeito repelente uso na pele de óleo diesel, que na falta pode ser substituído por querosene, gás natural ao qual pode ser adicionado azeite de dendê para mudar a textura, uso de creme hidratante na pele tanto para ir ao mangue como para aliviar o ressecamento e danos causados pela exposição a sol e ao óleo diesel; contra acidentes e outros perigos, o trabalho em grupo é apontado como importante estratégia de proteção, evitando afastar-se quando estão sozinhas ao pescar na beirada e no riacho; para prevenir quedas devem andar com cuidado para não cair e retirar o excesso de lama dos pés antes de subir na quizamba; o cuidado com efeitos da picada do moreati citado foi a retirada do veneno por enfermeira do posto de saúde. Do mesmo modo, além de serem frequentemente vitimizadas por quedas, percebemos grande incidência de doenças ocupacionais como problemas crônicos relacionados à ergonomia com seus esforços repetitivos e modos de posicionar o corpo durante o trabalho com o tronco totalmente curvado, reumatismos e dores no corpo, problemas de coluna, varizes, inchaço nas pernas, hipertensão pelo contato muito direto com o ambiente salino, hérnia, problemas ginecológicos sendo a causa associada por elas com a exposição às temperaturas da lama no inverno ou verão, a que chamam de “quentura” ou “friagem” do mangue, inflamação nos dedos das mãos causada por fungos, cortes e quedas de unhas, cortes e cicatrizes na pele, alergias e manchas na pele causadas pela excessiva exposição ao sol, água salgada e pelos efeitos do uso de óleo diesel.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reza a tradição em antropologia da pesca que há uma dualidade homem-mar versus mulher-terra na divisão sexual do trabalho nas comunidades pesqueiras, sendo as atividades no mar exercidas por homens e as atividades na terra e mangue exercidas por mulheres, e sendo o mangue identificado com a terra, alguns estudos constataam a cada vez maior presença dos homens na mariscagem. O que pôde ser observado em ambas as comunidades confirma parcialmente essa tese, pois ainda se encontra o

modelo tradicional de mulheres em terra e mangue e homens no mar, mas algumas dessas fronteiras são flexibilizadas na medida em que a partir das dificuldades econômicas e crise da pesca artesanal, o homem passa a ocupar o mangue não mais apenas para a captura do caranguejo, mas também de espécies tradicionalmente exploradas pelas mulheres. Essas fronteiras, como uma via de mão dupla, também levam a mudanças e transformações de hábitos culturais femininos, e além da mariscagem e do beneficiamento, algumas mulheres passam a exercer também artes de pesca tradicionalmente masculinas como a pesca de calão e de arrastão, a captura do polvo e a extração do caranguejo, ainda que como atividade complementar e não como atividade nuclear.

As mudanças percebidas na mariscagem expressas como sendo mudanças negativas em suas condições de vida. Todos os moradores necessitam direta ou indiretamente dos recursos do mar e/ou do mangue para sobreviver, o que inquieta as marisqueiras entrevistadas. Propõem um estabelecimento de limites e controle na quantidade e qualidade do processo de exploração dos recursos ambientais marinhos e estuarinos e diante desse quadro a maricultura artesanal foi apontada como uma alternativa produtiva e um ponto de apoio e convergência no enfrentamento às duras condições encontradas com a sobrepesca e escassez dos bancos pesqueiros.

GLOSSÁRIO

<i>Arrodilho</i> – Tecido torcido usado na cabeça para ajudar no apoio ao carregar o samburá.	<i>Buzano</i> – Teredo (<i>Teredo navalis</i>). Molusco de corpo alongado e vermiforme que perfura madeiras submersas.	<i>Caramuru</i> – Peixe carnívoro com formato de serpente e mordida perigosa. Habita cavidades rochosas e frestas em recifes de corais. Moréia.
<i>Gaiola</i> – Instrumento para captura do siri feito de palha de canabrava (<i>Erianthus sccharoides</i>).	<i>Gereré</i> – Artefato feito com bordas de ferro, garrafas pet conhecidas na comunidade como <i>buião</i> encaixadas em cada lado de uma tela, as garrafas são cortadas, são depositados pedaços de peixe como isca, depois tampadas.	<i>Lambreta</i> – A <i>Lucina pectinata</i> (GMELIN, 1791), molusco bivalve filtrador comestível com conchas ovais semelhantes de cor branca e opaca, medindo cerca de 9 cm de comprimento.
<i>Manzuá</i> – Petrecho utilizado na pesca do siri que tem o	<i>Moreati</i> – Peixe peçonhento que vive sobre a lama do	<i>Mutuca</i> – Mosca (<i>Tabanus sudeticus</i>) encontrada

formato de cone ou saco, cuja boca é voltada para cima, possui uma haste por onde é manuseado.	mangue e que causa frequentes acidentes pela inoculação de veneno através de espinho sobre o corpo.	próxima a corpos d'água. As fêmeas hematófagas podem picar o homem com picadas doloridas que coçam.
<i>Pesca de Arrastão</i> – Pesca geralmente de camarão com rede arrastada a grandes profundidades com barcos motorizados puxadas para que peixes e mariscos sejam retidos.	<i>Pesca de Calão</i> – Rede de pesca de malha larga, que tem três lados retos com boias e um curvo e munido de pesos, pra pescar nas praias.	<i>Quizambas</i> ou <i>Quizangas</i> – Raízes do mangue vermelho (<i>Rhizophora mangle</i>), uma das principais espécies arbóreas do mangue, própria de solos lodosos, com raízes aéreas, suporte de fixação de moluscos.
<i>Ripichel</i> – Artefato usado na pesca do siri e do aratu feito de palha de canabrava por artesãos da própria comunidade.	<i>Samburá</i> – Cesto construído com cipós trançados para carregar peixes e mariscos.	<i>Suspiro da Lambreta</i> , <i>Olho da Lambreta</i> ou <i>Olho D'água</i> – Filete de água que borbulha na superfície partindo de uma cavidade do animal.

REFERÊNCIAS

ACCIOLY, Miguel da Costa. 2005. Maricultura Familiar Solidária no Baixo Sul Baiano – Marsol, Salvador: Ecomar/Ciags, da Universidade Federal da Bahia. 22p. (CNPq. **Seleção Pública de propostas para apoio a projeto de tecnologias apropriadas à agricultura familiar. Edital CT – Agro/MCT/MDA/CNPQ n°022/2004.** Processo: 506196/2004-6). Projeto concluído.

BECK, Anamaria. Comunidades pesqueiras e expansão capitalista. **O mar e seus recursos ícticos**, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina/ Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e de Extensão/Núcleo de Estudos do Mar-Anhatomirim, Série Didática, n. 2, p. 53-66. 1983.

BLUME, Luiz Henrique dos Santos. 2009. Memória Popular: dialogando com narrativas orais de pescadores e marisqueiras de Ilhéus-BA, 1960 a 2008. **Mnemosine, Vol. 5**, Rio de Janeiro: Departamento de Psicologia Social e Institucional – UERJ, n° 2, p.53-79.

DIEGUES, Antonio Carlos. 2004. A socioantropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil. In: DIEGUES, A. C. **A pesca construindo sociedades: leituras em antropologia marítima e pesqueira.** São Paulo: NUPAUB – USP. Cap.3, p.65-102.

DONALDSON, E. M. 1997. The role of biotechnology in sustainable aquaculture. In: Bardach, J. E. (ed.), **Sustainable aquaculture**, John Wiley & Sons, p. 101-126. Apud ACCIOLY, 2005.

ESTEVES, Uliana. **Saberes do mangue**: Relação “mulher - ambiente” na comunidade pesqueira de Batateira, Cairú - BA. Salvador, 2007. 95 f. Monografia (Bacharelado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

IBAMA. 1995. **Projeto de desenvolvimento da mulher na atividade pesqueira**. IBAMA.

MENDES, Liana Pereira. **Etnoecologia dos pescadores e marisqueiras da vila de Garapuá/BA**. 2002. 97f. Monografia (Bacharelado em Ciências Biológicas – Recursos Ambientais) – Instituto de Biologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

NEIM/IBAMA. 1992. **Diagnóstico socioeconômico e ambiental da mulher pescadora no Recôncavo Baiano**. NEIM/IBAMA.

NETO, J. D.; CHAGAS, L. D.; FILHO, S. M. 1997. **Diretrizes ambientais para o setor pesqueiro**: diagnóstico e diretrizes para a pesca marítima. Ministério do Meio Ambiente, Brasília. 124 p. Apud ACCIOLY, 2005.

OLIVEIRA, Neuza Maria. 1993. Rainha das águas, dona do mangue: um estudo do trabalho feminino no meio ambiente marinho. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v. 10. Campinas, nº 1 e 2, p.71-88.

PACHECO, Tania. **Desigualdade, injustiça ambiental e racismo: uma luta que transcende a cor**. I Seminário Cearense contra o Racismo Ambiental. Fortaleza: 2006.

ROCHA, Júlio César de Sá; SERRA, Ordep Trindade; SANTANA FILHO, Diosmar Marcelino (orgs.). 2012. **Relatório do I Congresso Internacional de Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Salvador: UFBA. 48 p. (Série Povos e Comunidades Tradicionais, v. 1, n. 1).

WOORTMANN, Ellen F. Da Complementaridade à dependência: espaço, tempo e gênero em “comunidades pesqueiras” do Nordeste. 1992. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: ANPOCS, ano 7, nº 18, p.41-61.